

A LUTA ABRIU O CAMINHO!

e vai continuar!

CONTINUAMOS A EXIGIR A CONCRETIZAÇÃO DAS NOSSAS PROPOSTAS!

Após a grande Greve Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública de 17 de Março, o governo apresentou à Frente Comum uma proposta de “valorização salarial” que, na prática, se traduz em manter o caminho do empobrecimento.

Perante um agravamento do custo de vida sem precedentes nas últimas décadas, assistindo-se ao aumento de preços de todos os bens essenciais, da alimentação com um aumento médio próximo dos 20%, chegando aos 40% nalguns produtos, da habitação e dos combustíveis, o governo rejeita ir além da proposta de actualização salarial de 1% para todos os trabalhadores.

**Frente
Comum**

Sindicatos
Administração
Pública



Os trabalhadores da Administração Pública perderam um mês de salário no ano passado, que se somam a outros dois perdidos para a inflação desde 2009. A resposta do governo, com a concordância da UGT, é manter os trabalhadores a empobrecer:

Assistente Operacional



0,25€/dia

Assistente Técnico



0,27€/dia

Técnico Superior



0,44€/dia

Enquanto aos trabalhadores propõe isto, apesar do crescimento económico que se tem verificado, isenta de pagamentos os lucros extraordinários colossais de algumas empresas e grupos económicos e recusa fixar preços de bens essenciais, para logo de seguida dizer que “não tem dinheiro”.

Dinheiro há, o que não há é vontade de distribuir riqueza:

Crescimento do PIB 2022	+ 6,1%
Receita Fiscal 2022	+ 12,4%
Excedente Orçamental 2022	+2013 milhões €
Lucros da GALP	1104 milhões € (+84%)
Cinco maiores bancos	2583 milhões € (+71%)
EDP	679 milhões € (+3%)
Jerónimo Martins (Pingo Doce) 2022	590 milhões € (+ 27,5%)
Grupo Sonae (Continente) 2022	342 milhões € (+28%)

**O LUCRO DELES
É O NOSSO
EMPOBRECIMENTO**

Enquanto os salários dos trabalhadores da Administração Pública são desvalorizados, os grandes grupos económicos e financeiros acumulam lucros colossais e extraordinários à nossa custa, sem que o governo os tribute ou estabeleça preços máximos nos produtos essenciais.

Em relação aos Aposentados, a proposta do governo é clara: Não acrescentar rigorosamente nada ao valor das pensões de reforma.

Fazendo grande propaganda do aumento do subsídio de refeição, o governo tenta iludir o óbvio: trata-se de um aumento de 0,80€, ficando o valor final muito abaixo da proposta da Frente Comum, que é de 9 €.

Ainda, e numa tentativa de desviar as atenções da política de empobrecimento que quer impôr a trabalhadores e pensionistas, o governo acrescenta uma proposta de "aceleração das carreiras" que, no essencial, poderá reduzir em quatro anos a próxima progressão para uma parte dos trabalhadores, a partir de 2024, **rejeitando a solução definitiva para o problema da estagnação nas progressões: a revogação do SIADAP!**

A resposta dos trabalhadores à política de empobrecimento e de desvalorização dos Serviços Públicos foi dada de forma inequívoca, com a grande Greve Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública, no passado mês de Março!

Foi, sem margem para dúvidas, a Luta que permitiu abrir a porta à negociação!

A Frente Comum continuará a exigir a concretização das propostas que apresentou e exorta os trabalhadores a dar continuidade à luta em defesa dos seus interesses!

10%, MÍNIMO DE 100€, JÁ!

REVOGAÇÃO DO SIADAP!

VALORIZAÇÃO DAS CARREIRAS!

REFORÇO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS!